



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680091 - MG (2021/0218908-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JULIANE DE BRITO LEMOS DURAN FERNANDEZ
ADVOGADO : JULIANE DE BRITO LEMOS DURAN FERNANDEZ - RJ179585
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : G L DOS S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de G. L. DOS S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (n. 1.0000.21.094135-7/000).

O paciente está preso preventivamente em razão da suposta prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal.

Sustenta o impetrante, em síntese, que a segregação cautelar, além de despida de fundamentação idônea não preenche os requisitos autorizadores previstos no art. 312 do CPP.

Requer, a concessão da ordem, liminarmente, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas do cárcere.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente